

ENTRE SILÊNCIOS E APAGAMENTOS: AS RAZÕES PARA A ESCASSEZ DE ARQUIVOS DE E SOBRE MULHERES¹

Between Silences and Erasures: The Reasons for Scarcity of Archives by
and About Women


Entre Silencios y Borrados: Las Razones de La Escasez de Archivos de y
Sobre Mujeres

VITÓRIA REGINA DE LUNA CAVALCANTI BARROS^{*}

<http://doi.org/10.1590/S2178-149420250411>

¹Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro – RJ, Brasil.

^{*}Mestra em História, Política e Bens Culturais pela FGV CPDOC. Graduada em História e Ciências Sociais pela FGV CPDOC. Possui experiência de pesquisa em temáticas como arquivos, gênero e História das Mulheres. Pesquisadora bolsista no Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular (CNFCP/lphan). (vrbarros1988@gmail.com)

 <https://orcid.org/0009-0003-9410-5435>.

Artigo recebido em 31 de agosto de 2024 e aprovado para publicação em 12 de dezembro de 2024.

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir os fatores sociais e arquivísticos que causam a escassez numérica de arquivos produzidos por e sobre mulheres. Dessa forma, as reflexões visam aprofundar a discussão sobre a relação entre estudos de arquivos e gênero, oferecendo uma análise crítica acerca da lógica androcêntrica presente na preservação e nas instituições arquivísticas. Assim, a discussão busca contribuir para um debate ainda incipiente no cenário nacional, propondo caminhos para que pesquisadores e instituições possam problematizar o apagamento e o silenciamento das trajetórias e memórias femininas.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivos de Mulheres; Arquivos sobre Mulheres; História das Mulheres; Memória e Representatividade.

ABSTRACT

The objective of this article is to discuss the social and archival factors that cause the numerical scarcity of records produced by and about women. Thus, the reflections aim to deepen the discussion on the relationship between archival studies and gender, offering a critical analysis of the androcentric logic present in preservation and archival institutions. Therefore, the discussion seeks to contribute to an emerging debate in the national context, proposing ways for researchers and institutions to address the erasure and silencing of women's trajectories and memories.

KEYWORDS: Women's Archives; Archives about Women's; Women's History; Memory and Representativeness.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es discutir los factores sociales y archivísticos que causan la escasez numérica de archivos producidos por y sobre mujeres. De esta forma, las reflexiones buscan profundizar la discusión sobre la relación entre los estudios de archivos y de género, ofreciendo un análisis crítico de la lógica androcentrista presente en la preservación y en las instituciones archivísticas. Así, la discusión pretende contribuir a un debate aún incipiente en el contexto nacional, proponiendo caminos para que investigadores e instituciones puedan abordar el borrado y el silenciamiento de las trayectorias y memorias femeninas.

PALABRAS CLAVE: Archivos de Mujeres, Archivos sobre Mujeres, Historia de las Mujeres, Memoria y Representatividad.

INTRODUÇÃO

Por que as mulheres não pertenciam à História? Tudo depende do sentido que se dê a palavra 'história' [...] Escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas (Perrot, 2007 :16).

O aumento na produção historiográfica sobre a história das mulheres contrasta com um grande desafio: a escassez numérica de fontes históricas produzidas por e sobre mulheres. A falta de documentos devido à fragmentação, à dispersão, ao apagamento e à destruição resulta de fatores complexos que reforçam a invisibilidade das mulheres nas instituições arquivísticas e a sub-representação de suas narrativas, trajetórias e memórias.

Nessa lógica, o objetivo deste artigo é discutir as razões sociais e arquivísticas que causam a desproporção numérica dos arquivos de e sobre mulheres em relação aos dos homens. Inicialmente, abordarei os fatores sociais que contribuem para essa disparidade, com base nos apontamentos feitos pela historiadora francesa Michelle Perrot. Na sequência, destaco como o tratamento arquivístico impacta, direta ou indiretamente, a preservação da memória documental feminina, demonstrando como as questões de gênero perpassam as instituições arquivísticas. Em ambas as discussões, apresento exemplos para esclarecer minhas reflexões.

É importante destacar que as análises pontuadas a seguir são resultado das investigações realizadas durante o meu mestrado, apresentadas aqui de forma mais seletiva. Na dissertação, aprofundo a discussão sobre como essas razões dificultam a recuperação e a valorização da memória documental feminina, resultando na invisibilidade das mulheres nos arquivos. Meu campo de análise foi o acervo pessoal preservado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), no qual examinei a representatividade das mulheres e de suas memórias nesses espaços. Além disso, na minha pesquisa, foram realizadas três entrevistas, que serão utilizadas ao longo deste artigo².

Dessa forma, proponho a compreensão da instituição arquivística enquanto uma construção social permeada por valores e padrões que influenciam a formação de seus acervos. Nesse sentido, vejo-o " como metáfora do cruzamento entre memória, saber e poder; como constructo político que produz e controla a informação, orientando a lembrança, o esquecimento" (Heymann, 2013, p. 1-2). Afinal,

os arquivos sempre foram sobre poder. Os arquivos têm o poder de privilegiar ou de marginalizar. Podem ser uma ferramenta de hegemonia ou de resistência. Ambos refletem e constituem relações de poder. Nesses espaços de poder, o presente controla o que o futuro saberá do passado [...] logo, os documentos são sobre poder. Existem fatores (reais e simbólicos) que

permitem criar e manter registros, e não outros, a algumas vezes serem ouvidas e outras não, algumas ideias sobre a sociedade serem privilegiadas enquanto outras são marginalizadas³ (Schwartz; Cook, 2002: 23-24).

Diante disso, as reflexões propostas a seguir não buscam conceituar as mulheres como vítimas, o que seria um erro básico, mas sim evidenciar como a preservação ou não de uma memória é influenciada por decisões tomadas dentro de complexas relações históricas e sociais assimétricas, baseadas nas percepções sociais em relação aos papéis atribuídos a cada sexo. Afinal,

A natureza de gênero da atividade arquivística ao longo do tempo é um exemplo claro de que os arquivos não são (e, de fato, nunca foram) instituições neutras e objetivas na sociedade. Desde suas origens no mundo antigo, os arquivos sistematicamente excluíram documentos sobre ou de mulheres de seus acervos e, como instituições, foram agentes dispostos na criação do patriarcado, apoiando aqueles no poder em detrimento dos marginalizados⁴ (Schwartz; Cook, 2002:16).

AS RAZÕES SOCIAIS PARA O SILENCIAMENTO E APAGAMENTO

Para escrever a história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios (Perrot, 2007: 21).

Desde a década de 1970, muitos pesquisadores têm questionado a ausência feminina na narrativa histórica tradicional. Essa percepção foi resultado de um processo de renovação historiográfica, impulsionado pelo movimento dos Annales e pela Nova História. Essas correntes possibilitaram o deslocamento do foco da história política para a história social, promovendo uma reflexão mais sistemática e multidisciplinar sobre as tramas do cotidiano. Isso permitiu a análise de diferentes indivíduos e grupos sociais que, até então, tinham sido pouco investigados. Esse movimento, aliado à efervescência do movimento feminista e ao aumento da presença feminina nas universidades europeias e norte-americanas, foi fundamental para que a História das Mulheres emergisse como um novo campo de estudos.

Apesar do crescente interesse em construir narrativas em que as mulheres ocupem um lugar central, a falta de fontes disponíveis para a elaboração de uma história a partir da perspectiva feminina tornou-se cada vez mais evidente e alarmante. Segundo a historiadora francesa Michelle Perrot (2007: 17), essa dificuldade é amplamente atribuída ao “silêncio das

fontes”, que resulta da carência, da fragmentação e da dispersão dos documentos produzidos por e sobre mulheres. Assim, de acordo com a autora, há quatro razões sociais que contribuem para a escassez numérica desses registros históricos, as quais serão discutidas a seguir.

A primeira razão está relacionada à exclusão das mulheres do espaço público e político, esferas que, por muito tempo, foram as únicas valorizadas social e historicamente e, portanto, vistas como dignas de registro e preservação das memórias. Dessa forma, as narrativas e a transmissão desses campos foram monopolizadas por sujeitos masculinos, resultando em vestígios e arquivos construídos sob uma perspectiva que apagava e silenciava as atuações das mulheres. Ou seja, ao serem “pouco vistas” nessas esferas, “pouco se fala delas”. Assim, “as mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal” (Perrot, 2007: 16-17).

Nessa perspectiva, Cifor e Wood (2017) apontam que desde a criação dos arquivos, com a fundação dos Estados Nacionais, os documentos preservados, bem como as práticas e normas arquivísticas adotadas, foram moldados e reforçados pelo patriarcado, privilegiando os feitos dos grandes homens. Logo,

algumas ausências em documentos oficiais poderiam ser justificadas pela forma como os arquivos do Estado são organizados, uma vez que os assuntos do Estado prevalecem em seus eixos organizacionais, e são justamente aqueles dos quais as mulheres estiveram fora por longos anos. Nesse sentido, podemos afirmar que os arquivos públicos oficiais foram organizados com critérios androcêntricos, assim como houve com a escrita de uma História androcêntrica⁵ (Vassallo, 2018: 88).

Contudo, a ausência feminina nesses espaços não deve ser naturalizada, pois tal postura apenas reforça narrativas simplistas e excludentes que ignoram a complexidade das dinâmicas sociais e históricas. A aparente falta de registros não implica necessariamente a ausência, mas sim a existência de estruturas de poder e práticas sociais que deliberadamente marginalizam ou silenciam certas vozes.

Ainda assim, houve figuras que romperam com os desafios impostos, uma vez que, “enquanto os espaços tradicionais de expressão política se encontravam fechados, as mulheres se organizaram em formas alternativas de atuação, muitas vezes em torno de uma luta pelo imediato que as constituía enquanto sujeitos coletivos e políticos” (Matos, 2013: 285). Portanto, a compreensão das narrativas e dos papéis, assim como a ausência deles, depende do ponto de vista e da forma como os interrogamos.

Nessa lógica, dois acervos pessoais exemplificam como as mulheres desafiaram as narrativas históricas de ausência nos espaços públicos e políticos: os arquivos de Almerinda Farias Gama e Rosalina Coelho Lisboa, custodiados pelo CPDOC. O acervo de Almerinda Farias Gama, o único arquivo de uma mulher negra entre os acervos do CPDOC, exemplifica a interseção entre gênero, raça e política no Brasil. Almerinda integrou a Assembleia Nacional Constituinte de 1934 como parte da bancada classista e atuou como militante feminista, desafiando um contexto histórico e político caracterizado pela exclusão sistemática de mulheres e pessoas negras dos espaços de poder (Barros, 2020; Monteiro *et al.*, 2019).

Já o acervo de Rosalina Coelho Lisboa é fundamental para repensarmos a presença das mulheres em esferas diplomáticas e internacionais, historicamente dominadas por homens. A documentação de sua atuação em conferências internacionais oferece uma perspectiva única sobre a defesa dos direitos das mulheres na política internacional, além de destacar seu papel no combate ao comunismo e na promoção da autonomia e do fortalecimento das relações entre os países sul-americanos (Monteiro *et al.*, 2019).

Figura 1 – Título de Eleitor de Almerinda Farias Gama



Fonte: acervo pessoal de Almerinda Farias Gama custodiado pelo CPDOC.

Assim, cada um desses fundos reúne fontes que evidenciam a relevante atuação política das mulheres no Brasil e no cenário internacional, especialmente entre as décadas de 1930 e 1950. Esses documentos destacam suas contribuições para a construção de redes, agendas e ações que desafiaram as barreiras impostas à participação feminina em espaços tradicionalmente dominados por homens, evidenciando a necessidade de repensar as percepções convencionais sobre a presença feminina – ou sua suposta ausência – na esfera pública e política. Afinal, como aponta Wadi (1997: 48-49), “quando há a citação da presença das mulheres no espaço público, são utilizados estereótipos para caracterizá-las como inadequadas a esse ambiente”.

Nesse sentido, é indispensável superar o “discurso comum que naturaliza a falta de fontes para investigar a trajetória das mulheres” (Macedo; Souza, 2022: 71), reconhecendo que, embora os registros documentais de e sobre mulheres nesses espaços sejam menos numerosos, isso não reflete a ausência de ação ou relevância, mas sim a forma como suas trajetórias foram frequentemente invisibilizadas ou deslegitimadas pelas práticas historiográficas e arquivísticas.

Dessa forma, é essencial seguirmos no aprofundamento da discussão sobre as várias razões que explicam a escassez dessas fontes, abordando a segunda razão: o acesso tardio das mulheres à educação, o que, por muitos séculos, impediu que elas produzissem registros escritos sobre suas experiências e o mundo ao seu redor. Como resultado, a documentação de suas ações ficou sob o controle de terceiros, o que impactou diretamente a precisão e a fidelidade das descrições sobre suas próprias vivências e perspectivas.

Mesmo aquelas que conseguiram se dedicar à escrita frequentemente recorreram ao uso de pseudônimos. Muitas mulheres produziram seus registros e obras sob anonimato, uma vez que suas publicações raramente eram aceitas; e, quando sim, eram recebidas com desconfiança, desdém e frequentemente consideradas irrelevantes.

Um exemplo disso é a trajetória intelectual de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, poetisa e ativista pelos direitos das mulheres durante a Era Vargas. Sua primeira obra foi publicada sem os créditos devidos, sendo atribuída a um autor desconhecido. Esse episódio ilustra como o apagamento das mulheres se manifesta de diversas maneiras, tanto no âmbito social quanto intelectual (Barros, 2022). Somado a isso, há também os casos em que as mulheres acabam por desvalorizar suas próprias narrativas. De acordo com Perrot (1989: 12), devido ao estilo de escrita feminina ser mais subjetivo e privado⁶, muitas mulheres, temendo a indiferença, incompreensão ou ironia de seus herdeiros e familiares, e prevendo

a indiferença futura, acabavam por se antecipar a esses reveses destruindo seus cadernos íntimos e seus escritos.

O autosabotamento nos leva a identificar a terceira razão social para a discrepância na quantidade de documentos produzidos por e sobre mulheres: o pouco ou nenhum cuidado que elas dedicam a esses registros. Isso decorre da falta de compreensão sobre a real importância de seus papéis e trajetórias, além do constante questionamento sobre seu valor, algo que impacta diretamente a maneira como organizam, preservam e, muitas vezes, até o que escolhem guardar de seus vestígios.

De acordo com Perrot (1989; 2007), esse comportamento também reflete uma conformidade com o silêncio imposto pela sociedade às mulheres, já que, ao ocuparem papéis distintos no âmbito social, homens e mulheres atribuem valores, interesses e relevâncias diferentes às suas trajetórias, algo que impacta diretamente a preservação e organização, ou não, de seus documentos. Nessa lógica, a autora destaca que as figuras masculinas tendem a preservar seus documentos de maneira mais sistemática, seguindo uma lógica organizacional e científica, enquanto as mulheres frequentemente adotam uma postura oposta, com maior inclinação para eliminar os vestígios de suas trajetórias⁷.

Segundo Elizabeth Novara (2013), esse cenário de autodesvalorização pode ser observado ao analisar as dificuldades enfrentadas na coleta de documentos públicos e políticos relacionados às legisladoras estaduais de Maryland, um Estado dos Estados Unidos. A autora destaca que, embora as legisladoras doassem seus arquivos, muitas não compreendiam a importância de seus registros, trajetórias e memórias para a sociedade e para a construção do conhecimento. Novara pontua que, apesar de uma das doadoras mais centrais reconhecer a importância histórica de seus documentos, ela ainda não estava totalmente convencida da magnitude de seus próprios registros no momento da doação (Barros, 2022). Dessa forma, se tanto as próprias mulheres quanto outras figuras não reconhecerem a importância das ações e vestígios femininos, a fragmentação e a destruição em massa desses registros será uma constante.

Por fim, a quarta razão social responsável pela destruição ou invisibilidade de fontes escritas de e sobre mulheres são os laços matrimoniais e familiares. Em primeiro lugar, porque às mulheres é atribuída a responsabilidade de transmitir as histórias familiares, atuando como guardiãs da memória, encarregadas de reunir, preservar e doar os registros de terceiros, como os documentos de maridos, pais, avós e filhos. Nesse caso, temos a figura de Alzira Vargas, que foi responsável por cuidar da memória de seu pai, Getúlio Vargas:

(...) [ela - Alzira] recusava-se a debater temas que considerava pessoais, insistindo num relato onde o personagem principal era Getúlio Vargas e onde ela buscava inserir-se como um dentre os demais coadjuvantes. Explicitamente, [ela] se atribuía o dever de guardar e reproduzir a memória de seu pai (Gomes, 1996: 2, 5).

Celina Vargas: “Getúlio Vargas entregou em vida a sua biblioteca e o seu arquivo, portanto a sua memória, para que ela [Alzira] guardasse e preservasse” (Amaral Peixoto, 2013: 8).

Celina Vargas: “Ela [Alzira] organizou a correspondência em ordem cronológica, em pastas que ela carregava como se fosse um tesouro” (Amaral Peixoto, 2013: 8).

Celina Vargas: “Alzira tinha a certeza de que aquela era uma documentação importantíssima para se resgatar a memória de Getúlio Vargas” (Amaral Peixoto, 2013: 8).

É possível perceber a importância afetiva que Alzira atribuiu à memória de seu pai. No entanto, essa dedicação não se reflete na preservação de sua própria memória, como evidenciado pelo fato de que seu acervo pessoal só foi doado ao CPDOC em 1985, doze anos após a doação dos documentos de Getúlio Vargas. Apesar disso, entre 2012 e 2020, o acervo de Alzira Vargas esteve consistentemente entre os dez fundos mais consultados do CPDOC, alcançando a terceira posição em 2020 (Barros, 2022).

Além de serem vistas e se posicionarem como responsáveis pela memória de outrem, as relações matrimoniais e familiares também contribuem para a subalternização e invisibilização dos documentos de e sobre mulheres devido à valorização do nome e do sobrenome das figuras masculinas. Como bem destaca Perrot (2007: 21), na maioria das vezes, “pelo casamento, as mulheres perdem seu sobrenome”, algo que afeta diretamente a possibilidade de encontrar seus vestígios. Podemos observar esse cenário por meio da análise dos arquivos de mulheres que foram doados em conjunto com os arquivos de homens, especificamente, anexados aos arquivos de seus respectivos maridos.

É comum encontrar casos em que uma instituição arquivística coleta ou recebe a doação de um arquivo com um titular masculino, mas, durante o processo de organização e tratamento desses documentos, são encontrados papéis de ou sobre mulheres submersos nesses conjuntos. Isso ocorreu com três fundos femininos custodiados no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz (COC) e com quatro fundos tutelados no CPDOC. Na COC, os fundos pessoais de Elizabeth Leeds, Sarah Hawker Costa e Maria José von Paumgartten Deane foram doados anexados aos arquivos de seus respectivos maridos. No CPDOC, isso ocorreu com os arquivos de Delminda Aranha, Luiza Aranha, Hermínia Collor e Hilda Machado. Apenas o fundo de Luiza Aranha foi doado anexado ao de seu filho; os demais foram anexados aos arquivos dos respectivos maridos (Barros, 2022).

Em ambas as instituições, os documentos de mulheres anexados aos arquivos masculinos só foram identificados durante o processo de organização e tratamento arquivístico. Inclusive, nesse momento, as instituições decidiram separar e criar fundos independentes, uma medida essencial para visibilizar e valorizar as trajetórias e memórias femininas. Contudo, há casos em que a separação dos fundos não acontece.

Segundo Barros (2022), o arquivo de Maria José von Paumgartten Deane, custodiado pela COC, está organizado e disponibilizado em conjunto com o de seu marido, Leônidas de Mello Deane. Embora Maria tenha uma trajetória proeminente como pesquisadora, seus documentos estão agrupados aos dele, tendo ele um fundo próprio. Além disso, a coleção conjunta é divulgada apenas com o sobrenome de Leônidas, sendo chamada de “Coleção Leônidas e Maria Deane”.

Nessa lógica, é crucial refletir com cuidado sobre a não separação dos fundos. Como aponta Pereira (2019a), manter os documentos juntos pode resultar na predominância da memória masculina, prejudicando a visibilidade dos documentos das mulheres. Além disso, essa prática pode reforçar a ideia de que a mulher é apenas complementar ou secundária em relação à história de seus maridos, filhos, colegas de trabalho, entre outros.

Por outro lado, embora os documentos femininos estejam, em alguns casos, camuflados entre vestígios masculinos, é justamente essa condição que muitas vezes garante sua preservação e doação às instituições. Caso contrário, poderiam já ter sido apagados. Pereira (2019b) ressalta que, durante o século XX, a incorporação de arquivos pessoais de mulheres nas instituições arquivísticas portuguesas ocorria, principalmente, com a de outros membros de seu círculo familiar. Essa prática foi essencial para a preservação dessa memória, pois, do contrário, seria ainda mais difícil encontrar esses vestígios.

Diante do exposto, a desproporção numérica entre os arquivos de mulheres e homens resulta de diversas razões sociais complexas, todas refletindo papéis sociais definidos e instituídos por percepções patriarcais e sexistas. Em outras palavras, o ato de arquivar não é igual para ambos os gêneros; há diferenças significativas devido aos papéis sociais atribuídos a cada um. Portanto, a escassez de documentos de e sobre mulheres está intimamente ligada à condição específica do “ser mulher”. Assim, “os modos de registro das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade” (Perrot, 1989: 15).

Embora haja uma discrepância numérica entre os vestígios produzidos por e sobre mulheres em comparação aos registros masculinos, não devemos nos concentrar apenas nos desafios decorrentes desse fato. É igualmente importante reconhecer e refletir sobre as figuras femininas que romperam com essa realidade e conseguiram ter seus documentos preservados

e doados a instituições arquivísticas. Nessa lógica, além de analisar o contexto de produção dessas fontes, é essencial questionar o processo de seleção, preservação, organização e disponibilização desses documentos instituídos pelas instituições arquivísticas. Afinal, “negligenciar as mulheres não significou apenas pouco ou nenhum espaço dado a elas nos escritos históricos, mas também significou pouco ou nenhum espaço dado a papéis femininos em repositórios de manuscritos e pouco ou nenhum esforço para adquirir esses materiais” (Moseley, 1973: 215).

AS RAZÕES ARQUIVÍSTICAS PARA O SILENCIAMENTO E APAGAMENTO

A escassez, a fragmentação e a dispersão de documentos produzidos por e sobre mulheres também resultam das decisões, tanto diretas quanto indiretas, tomadas pelas instituições arquivísticas sobre o que e como preservar determinados registros. Segundo Pereira (2019a), os critérios e os enquadramentos utilizados para essas decisões são moldados por escolhas individuais e coletivas, ideologias e quadros de pensamento que, frequentemente, refletem a ordem social hegemônica, caracterizada por valores racistas, sexistas, patriarcais e classistas.

Assim, é necessário analisar as práticas arquivísticas, não a partir de uma perspectiva neutra, mas como imersas nas dinâmicas de poder que determinam o que deve ser preservado e o que será marginalizado ou esquecido, e o arquivo como espaço de hierarquias assimétricas. Afinal, como bem observa Ann Laura Stoler (2018), é crucial questionar as pretensas verdades contidas nos procedimentos rotineiros e redundantes propostas pelos arquivos.

Nessa perspectiva, Barros (2022) destaca quatro práticas que merecem atenção: 1) a política de aquisição de arquivos; 2) o processo de organização e classificação; 3) a descrição arquivística; e 4) a difusão das informações. Todas essas práticas, quando não analisadas criticamente, acabam reforçando e perpetuando a invisibilidade dos registros produzidos por e sobre mulheres. A seguir, apresentarei exemplos que ilustram esse apontamento.

Nessa lógica, é fundamental iniciar a discussão pela primeira etapa de interação com os arquivos de e sobre mulheres: o processo de aquisição desses documentos. A impossibilidade de preservar todos os vestígios torna indispensável a criação de diretrizes e parâmetros que orientam os processos de coleta e, conseqüentemente, moldam a visão que teremos sobre o passado e influenciam diretamente a construção da memória coletiva.

De acordo com Pereira (2019a), as políticas de aquisição adotadas pela maioria dos arquivos frequentemente desfavorecem a coleta e preservação da memória

feminina. Esse cenário é agravado pela ausência explícita do marcador de gênero nas normas e diretrizes que orientam os critérios de seleção documental nas instituições arquivísticas.

Um exemplo significativo é o acervo pessoal custodiado pelo CPDOC, que, até 2015, apresentava publicamente uma política de aquisição voltada prioritariamente à preservação de registros associados a figuras masculinas, evidenciando a perpetuação de um viés de gênero⁹. Após um debate interno promovido pelo setor de documentação, a instituição incorporou o marcador de gênero em sua política de aquisição, tornando-o um critério explícito e visível em suas diretrizes:

O Programa de Arquivos Pessoais (PAP) tem por objetivo captar, organizar, preservar e divulgar o acervo de arquivos privados doados ao CPDOC desde a sua criação, em 1973. O acervo é constituído, de maneira geral, por arquivos pessoais de **homens e mulheres** com destacada atuação na vida pública brasileira contemporânea (FGV CPDOC, 2015).

A revisão da política de aquisição e a inclusão do marcador de gênero tiveram um impacto significativo na constituição do acervo do CPDOC. Até 2015, dos 209 arquivos sob a guarda da instituição, apenas 10 pertenciam a mulheres. No entanto, nos últimos nove anos (2015-2024), após a implementação do marcador de gênero, o CPDOC incorporou dez novos arquivos de mulheres, igualando em menos de uma década o número de coletas realizadas nos 42 anos anteriores à mudança (Barros, 2022).

Portanto, é evidente a relevância de analisar e aprimorar as políticas de aquisição das instituições arquivísticas, incorporando o marcador de gênero e expandindo esses critérios para incluir indicadores como raça, classe e sexualidade, entre outros. Essa abordagem é crucial, pois, como já destacado, as mulheres frequentemente apresentam uma tendência à autodesvalorização e à destruição de seus próprios vestígios, reflexo de uma negação de si. Esse cenário pode ser observado a partir do processo de coleta do arquivo de Silvia Escorel realizado pelo CPDOC:

Adelina Cruz: Eu estava em ligação com a Silvia Escorel, para falar sobre o processo de doação do arquivo dela para o CPDOC, e várias vezes ela comentava “eu tenho esse e esse documento, isso não interessa, né?”, então eu afirmava “claro que interessa, fecha a caixa que nós vamos buscar”. Então, você percebe que há sempre uma dúvida, um questionamento sobre a valorização dessa memória (Barros, 2022: 76).

Logo, é essencial que esses espaços de memória reconheçam a importância de estarem comprometidos com a preservação de documentos de diversos grupos, especialmente daqueles historicamente marginalizados. Isso implica um papel ativo, consistente e consciente no qual

arquivistas e arquivos desempenham funções centrais como produtores de conhecimento, contribuindo para a construção ou não de uma memória mais inclusiva e representativa.

Diante disso, a segunda etapa do tratamento arquivístico que requer uma análise crítica é a organização e a classificação dos arquivos preservados. Isso ocorre porque a localização de documentos e indivíduos específicos torna-se difícil quando não estão devidamente indexados ou são mal catalogados. Assim, dependendo das práticas de organização adotadas, pode haver uma amplificação da dispersão e fragmentação dos documentos femininos, agravando ainda mais sua invisibilidade e dificultando o acesso a essas fontes.

Um exemplo disso são os documentos preservados pelo Instituto Oswaldo Cruz (IOC). De acordo com Azevedo, Ferreira e Rossi (2020), é comum encontrar registros de mulheres que atuaram no Instituto entre 1930 e 1970, desempenhando diversas funções em diferentes áreas de trabalho, em meio aos documentos de laboratórios e arquivos pessoais de homens — colegas, chefes e até parentes, como pais e maridos, que ocupavam posições semelhantes.

Contudo, os autores apontam a dificuldade em localizar esses vestígios devido à dispersão dos documentos em fundos distintos e à escassez de informações sobre as mulheres, suas atividades e seus registros inseridos adequadamente em uma base de dados. Assim, a falta de uma estrutura arquivística adequada, que consolidasse os registros em fundos individuais, dificulta a identificação dessas personagens, que frequentemente são tratadas como figuras secundárias dentro de um mesmo fundo documental.

Esse mesmo padrão é encontrado no acervo do CPDOC, no qual 4 dos 20 arquivos pessoais femininos foram doados com os arquivos masculinos. Segundo Barros (2022), as pesquisadoras da instituição enfrentaram diversas dificuldades para localizar tanto os dados das titulares quanto os documentos associados a esses arquivos:

Carolina Alves: Foi difícil encontrar rastros das histórias dessas mulheres, que, em geral, estão muito fragmentados e dispersos. Em muitos casos, nós não tínhamos nenhuma informação, como, por exemplo, no caso da Hilda Machado. Inclusive, durante muito tempo, nós confundimos dados da Hilda Machado com o de outra Hilda. Isso é péssimo e não pode acontecer (Barros, 2022: 83).

Iasmim Matias: No primeiro momento, nós olhamos todos os arquivos de mulheres que estavam no Acessus, que é a plataforma utilizada pelo CPDOC para inserir a documentação e as informações dos titulares. Nós vimos que não havia quase nenhum dado. Tinha, por exemplo, duas linhas de informações sobre elas no máximo. Faltava data de nascimento, formação profissional, informações pessoais etc. Por isso, nós tivemos que fazer um trabalho de FBI, procurando cada mínimo detalhe (Barros, 2022: 83).

A identificação desses arquivos só foi possível graças a uma iniciativa do CPDOC, que, com financiamento, viabilizou uma investigação aprofundada sobre a invisibilidade feminina em seu acervo. Como resultado, nove arquivos pessoais de mulheres foram reorganizados, transformados em fundos pessoais individuais, digitalizados e disponibilizados online na plataforma do CPDOC, ampliando o acesso e a visibilidade dessas memórias¹¹.

Assim, o processo de organização cuidadoso permite assegurar a devida visibilidade às memórias das mulheres e o devido reconhecimento às suas trajetórias. Dessa forma, torna-se evidente a importância de as instituições arquivísticas estarem atentas e comprometidas com seu papel como mediadoras e modeladoras da memória coletiva.

Além do impacto que a organização dos arquivos tem na construção da imagem e da representatividade das mulheres, outra etapa essencial do processo arquivístico que contribui para essa situação é a descrição arquivística. De acordo com Bellotto (2006), a descrição envolve a elaboração de instrumentos de pesquisa que permitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização dos dados dos acervos documentais. Assim, esse instrumento “constitui as vias de acesso do historiador ao documento, sendo a chave da utilização dos arquivos como fontes primárias da história” (Bellotto 2006: 144).

Nesse sentido, é possível compreender a importância central da descrição para localizar arquivos produzidos por e sobre mulheres. Por meio da descrição, é possível acessar informações como dados biográficos, trajetórias pessoais e profissionais, além de detalhes sobre a organização dos acervos. Assim, os descritores, por serem termos padronizados de um vocabulário controlado, facilitam a busca por informações e podem impactar diretamente o acesso ou não aos documentos e informações de mulheres presentes nos arquivos. Logo, “é importante questionar os conceitos e normas utilizadas para descrever arquivos e as titulares, compreendendo as implicações culturais que essas escolhas promovem” (Pereira, 2019b: 60).

A importância da problematização dos descritores adotados pelas instituições arquivísticas pode ser observada no caso do CPDOC. Durante o projeto incentivado que focou os arquivos de mulheres sob a tutela da instituição, as pesquisadoras identificaram a falta de descritores adequados que permitissem o acesso rápido e eficiente a esses arquivos. A maioria das palavras-chave, especialmente aquelas relacionadas a cargos políticos ou posições de poder, como “presidente”, “deputado” e “embaixador”, estavam redigidas apenas no masculino. Diante desse cenário, foram criados descritores específicos para facilitar o acesso aos documentos femininos, como “feminismo”, “voto feminino”, “direito ao voto feminino”, “movimento feminista”, entre outros (Barros, 2022). Assim:

Carolina Alves: Durante o projeto, nós criamos novas categorias, novos descritores para indexar os arquivos de mulheres. Até aquele momento, a indexação era feita por dois termos “feminino” ou por “mulher”. Então, vimos que era urgente criar novos descritores, e fomos pensando nesses termos a medida em que organizamos os arquivos de mulheres e que os assuntos foram aparecendo. Então, de novo, o cotidiano com o documento, a leitura deles, e a prática de organização dos arquivos foram responsáveis por gerar novas reflexões, as quais fomos adaptando ao universo de arquivos do CPDOC. Nós não apagamos o passado, não apagamos os descritores antigos. O que fizemos foi criar novos de acordo com o novo olhar, com as novas problematizações e necessidades (Barros, 2022: 85-86).

Adelina Cruz: Nós, enquanto pesquisadores e arquivistas, precisamos pensar nos indexadores, na descrição e no tratamento arquivístico, porque precisamos criar novos termos para, assim, ampliar o leque de possibilidades de pesquisas. Foi justamente esse pensamento que enriqueceu o nosso projeto dos arquivos de mulheres, porque foi além da organização e da digitalização, foi a abertura para novas discussões (Barros, 2022: 30).

Dessa forma, enquanto os instrumentos de pesquisa elaborados pelas instituições arquivísticas não abordarem de maneira adequada os dados biográficos dos titulares, o contexto do processo de formação, coleta e organização do fundo nem as informações sobre os próprios documentos, a compreensão, recuperação e valorização das trajetórias e narrativas femininas serão sempre tão complexas e desafiadoras. É a partir do reconhecimento da lógica androcêntrica que permeia suas práticas que as instituições arquivísticas e os arquivistas poderão, de fato, agir para superá-la:

Carolina Alves: Desde a criação do CPDOC, em 1973, a instituição tem sob tutela arquivos pessoais de mulheres. Então, esses arquivos não são uma novidade para o CPDOC. O que muda, na verdade, é a maneira que nós - funcionários, arquivistas e pesquisadores - olhamos e tratamos esses fundos. É a partir desse novo olhar, que questiona a presença dos arquivos de mulheres, e que passa a pensar sobre o debate de gênero e arquivo, que fomos em busca de ampliar a visibilidade dessas titulares e de suas trajetórias (Barros, 2022: 69).

Passamos, então, à análise da última prática arquivística: a difusão de informações. Essa etapa é diretamente impactada pelos processos arquivísticos anteriores, pois a ausência de documentos devidamente coletados, organizados e descritos dificulta a divulgação eficaz das memórias e trajetórias femininas, resultando em seu silenciamento. Dessa forma, a discussão sobre a metodologia arquivística deve ser acompanhada de uma reflexão sobre as estratégias de divulgação dos documentos, por meio de guias, bases de dados e sites, com o objetivo de garantir o acesso e a recuperação efetiva desses vestígios. Afinal, ao dar visibilidade a esses registros, não estamos apenas corrigindo um erro histórico, mas também

criando as condições para que as futuras gerações se reconheçam na diversidade de suas histórias e experiências.

Nessa perspectiva, no cenário nacional, o compromisso com a difusão dos arquivos de e sobre mulheres, embora ainda incipiente, foi fortalecido com a criação da Rede de Arquivos de Mulheres (RAM) em 2020. Inicialmente criada a partir de uma parceria entre o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) e o CPDOC, com o objetivo de expandir a discussão sobre estudos de gênero e práticas arquivísticas e servir como um espaço de troca de experiências e debates entre profissionais de arquivos e pesquisadores, a RAM também se consolidou como um agente essencial na difusão dos acervos de e sobre mulheres no Brasil. Isso foi possibilitado pela criação de um site que reúne e dissemina informações em constante evolução sobre esse campo.

Essa postura pública de valorização da discussão sobre o tema e dos arquivos deve ser adotada pelas instituições arquivísticas nacionais, a fim de ampliar a difusão da memória de diferentes grupos que são frequentemente marginalizados. Essa conscientização sobre a relevância desses documentos pode, inclusive, influenciar uma mulher a valorizar seus próprios papéis e, a partir disso, incentivá-la a doá-los.

Em suma, é fundamental compreender o impacto profundo que as práticas arquivísticas têm no acesso e na difusão do conhecimento e da memória por meio dos documentos. As diversas etapas do tratamento arquivístico – desde a coleta até a organização e a descrição dos registros – não apenas moldam o conteúdo preservado, mas também influenciam diretamente a forma como os grupos sociais são representados nos arquivos. Isso reflete uma escolha crítica sobre quais narrativas são valorizadas e quais são marginalizadas, afetando a construção da memória coletiva e perpetuando, ou não, a inclusão de grupos historicamente marginalizados. Assim, as práticas arquivísticas desempenham um papel central na configuração das memórias sociais, definindo o que será lembrado, quem terá voz e quem permanecerá silenciado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo, foram analisadas as razões sociais e arquivísticas que contribuem para a escassez de arquivos produzidos por e sobre mulheres. Os exemplos apresentados ressaltam que o estudo dos arquivos de mulheres vai além da discussão sobre a falta de documentos históricos; trata-se de um debate crítico sobre o poder que os arquivos e os arquivistas exercem na construção da memória, do conhecimento e das identidades.

Ao discutir a invisibilidade dos documentos femininos, destaca-se a importância de as instituições arquivísticas repensarem suas práticas de tratamento, reconhecendo e corrigindo suas falhas na inclusão de vozes marginalizadas. A revisão também representa um avanço fundamental para o amadurecimento da arquivologia como campo interdisciplinar e crítico. Além disso, esse movimento reforça a compreensão de que arquivos e arquivistas não são neutros, uma vez que, frequentemente, suas práticas são orientadas por valores hegemônicos que marginalizam as mulheres e outras identidades subalternas, perpetuando um silenciamento institucionalizado que molda a memória coletiva de forma desigual.

De acordo com Rodney Carter (2006), uma boa estratégia é investigar as lacunas, os espaços em branco e as regiões vazias dos arquivos, pois é nas ausências que se revelam os grupos marginalizados, cujas trajetórias frequentemente são esquecidas e excluídas de forma institucionalizada. É necessário, portanto, ler os arquivos e documentos nas entrelinhas, a fim de identificar os motivos que levam certos vestígios a serem ignorados:

Carolina Alves: Quando começamos a olhar criticamente para o acervo do CPDOC, a equipe do setor de documentação buscou fazer novas leituras sobre o que está preservado, focando, principalmente, em entender o que não está guardado e por quê. Começamos a pensar sobre a pouca presença de mulheres, de negros e negras, de indígenas e quais as razões para que esses grupos não tenham uma memória documental. São perguntas e temáticas que têm aumentado conforme o campo acadêmico e social se mobiliza em conjunto, tentando entender os silêncios e as marginalizações. Mas isso só é possível quando estamos abertos a esses debates, quando a instituição, os pesquisadores e os arquivistas estão engajados em pensar as questões raciais, de gênero, de classe, entre outras, e claro, associando-as à rotina arquivística (Barros, 2022: 30).

Outro caminho adotado internacionalmente para valorizar e tornar visíveis os arquivos de mulheres, e que poderia ser implementado no Brasil, é a criação de instituições culturais dedicadas exclusivamente à memória feminina, como arquivos, bibliotecas e museus. Esses espaços especializados problematizam o silenciamento e o apagamento dos vestígios, narrativas e experiências de e sobre mulheres, contribuindo não apenas para o debate, mas também para o desenvolvimento de metodologias específicas para a preservação e divulgação dessas informações (Vassalo, 2018).

Em vista do exposto, embora a incorporação de perspectivas interseccionais nas práticas arquivísticas, incluindo gênero, raça e classe, ainda seja um processo incipiente, ela deve se tornar uma prioridade para assegurar que as vozes marginalizadas sejam devidamente preservadas e valorizadas. A discussão sobre como essas categorias perpassam o arquivo contribui significativamente para a construção desse campo de estudos.

Conflitos de interesse: nada a declarar.

Fonte de financiamento: nenhum.

Contribuição dos autores: não se aplica.

NOTAS

1 Este texto é recorte da minha dissertação de mestrado intitulada “A representatividade dos arquivos de mulheres: a experiência da FGV CPDOC”.

2 As entrevistas realizadas foram com pesquisadoras e uma estagiária (que atuava no contexto) da instituição.

3 Tradução feita pela autora.

4 Tradução feita pela autora.

5 Tradução feita pela autora.

6 Segundo Perrot (1989 e 2007), as mulheres frequentemente adotam um estilo de escrita mais pessoal, focado em relatar acontecimentos do cotidiano doméstico e as relações familiares e matrimoniais da vida privada. Por isso, muitos de seus escritos são na forma de cartas, diários, poemas, cadernos de receitas, listas de tarefas domésticas, entre outros.

7 Como exemplo, cito o caso de Gustavo Capanema, que deixou instruções detalhadas para a organização de seu acervo pessoal, como aponta Priscila Fraiz (1998), em “A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o Arquivo de Gustavo Capanema”.

8 Segundo Barros (2022), os dados de acesso não refletem o total de buscas na base online do CPDOC. Eles correspondem apenas aos usuários cadastrados, cuja atividade é registrada pelo login. Esses dados foram fornecidos pelo setor de documentação do CPDOC.

9 No site do CPDOC, a política de aquisição era descrita da seguinte forma: “de quase duas centenas de arquivos de homens públicos com atuação destacada no cenário nacional, além de alguns poucos arquivos de partidos políticos [...]”. Essa descrição foi substituída após a instituição revisar seus critérios e diretrizes para a política de acervo.

10 Grifo da autora. A Política de Acervo do CPDOC está disponível no link: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/arquivos/202106/politica_de_acervo_da_escola_de_ciencias_sociais_da_fundacao_getulio_vargas.pdf.

11 São eles: Almerinda Farias Gama, Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, Delminda Benvinda Gudolle Aranha, Hermínia de Souza e Silva Collor, Hilda Von Sperling

Machado, Luiza de Freitas Valle Aranha, Niomar Moniz Sodré Bittencourt, Rosalina Coelho Lisboa de Larragoiti e Yvonne Maggie de Leers Costa Ribeiro.

REFERÊNCIAS

- AMARAL PEIXOTO, Celina Vargas. Entrevista com Celina Vargas do Amaral Peixoto. *Acervo*, Rio de Janeiro, vol. 26, n. 2, p.7-30, 2013.
- AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio; ROSSI, Daiane Silveira. Mulheres no acervo de uma institui o científica: o Instituto Oswaldo Cruz (1930-1970). *Acervo, Rio de Janeiro*, vol. 33, n. 2, 2020.
- BARROS, Vitória Regina. *A Representatividade dos Arquivos de Mulheres: A Experiência da FGV CPDOC*. 2022. Disserta o (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Escola de Ciências Sociais da Funda o Getulio Vargas, Programa de Pós-Gradua o em História, Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro, 2022.
- BARROS, Vitória Regina. Mulheres e Memória: mapeando arquivos pessoais brasileiros. *In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA*, 13., 2020, Recife. *Anais [...]*. Recife: ANPUH PE, 2020. p. 1-16. Disponível em: https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1601828191_ARQUIVO_bbee1c89eaa2eba22dc9469640ff70e1.pdf. Acesso em: 23 dez. 2024.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- CARTER, Rodney G.S. Of Things Said and Unsaid: Power, Archival Silences, and Power in Silence. *Archivaria*, Ottawa, vol. 61, p. 215-233, 2006.
- CIFOR, Marika; WOOD, Stacy. Critical Feminism in the Archives. *Journal of Critical Library and Information Studies*, Sacramento, vol. 1, n. 2, p. 1-27, 2017.
- FGV CPDOC. Política de acervo do CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivos-pessoais>. Acesso em: 23 dez. 2024
- FRAIZ, Priscila. A Dimensão Autobiográfica dos Arquivos Pessoais: o Arquivo de Gustavo Capanema. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 11, n.21, p.59-87, 1998.
- GOMES, Ângela de Castro. A guardiã da memória. *Acervo*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 1-2, p. 17-30, 1996.
- HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia. Apresenta o. *In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (orgs.). Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p.7-13.
- MACEDO, Patrícia Ladeira Penna; SOUZA, Alexandre Rodrigues. A presença delas: o "paradigma indiciário" das mulheres nos arquivos sobre revoltas coloniais. *Revista História e Cultura*, Franca, vol. 11, n. 11, p. 69-88, 2022.
- MATOS, Maria Izilda Santos. História das Mulheres e das Rela es de G nero: campo historiográfico, trajetórias e perspectivas. *Mandrágora*, [s. l], vol. 19, n. 19, p. 5-15, 2013.
- MONTEIRO, Alessandra *et al.* Arquivos Pessoais de Mulheres: a experiência da Escola de Ciências Sociais (FGV CPDOC). *In: Seminário de Saberes Arquivísticos*, 9., 2019, Coimbra. *Anais [...]*. Coimbra: SESA, 2019. p. 73-87.
- MOSELEY, Eva. Women in Archives: Documenting the History of Women in America. *The American Archivist*, Chicago, vol. 36, n. 2, p. 215-222, 1973.

NOVARA, Elizabeth. Documenting Maryland Women State Legislators: The Politics of Collecting Women's Political Papers. *The American Archivist*, Chicago, vol. 76, n. 1, p. 196-214, 2013.

PEREIRA, Zélia Maria Cruz. Mulheres e Arquivos Pessoais nas Instituições de Memória Portuguesas.). *In: Seminário de Saberes Arquivísticos*, 9., 2019a, Coimbra. *Anais [...]*. Coimbra: SESA, 2019. p. 88-106.

PEREIRA, Zélia Maria Cruz. Os Arquivos de Mulheres em Portugal. *Archeion Online*, João Pessoa, vol. 7, n. 1, p. 57-81, 2019b.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 9, n. 18, p. 9-18, 1989.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

SCHWARTZ, Joan; COOK, Terry. Archives, records, and power: from (postmodern) theory to (archival) performance. *Archival Science: International Journal on Recorded Information*, Berlim, vol. 2, p. 1-19, 2002.

STOLER, Ann Laura. Os arquivos coloniais e a arte da governança. *In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia. Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p. 207-236.

VASSALLO, Jaqueline. Mujeres y patrimonio cultural: el desafío de preservar lo que se invisibiliza. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 71, p. 80-94, 2018.

WADI, Yonissa Marmitt. Histórias de mulheres: a problemática das fontes. *História & Ensino*, Londrina, vol. 3, p. 47-56, 1997.